



**REQUERIMENTO Nº** RQ 3250 /2018  
**(Da Deputada CELINA LEÃO)**

L I D O  
Em, 06/02/18  
Secretaria Legislativa

**Requer o encaminhamento de solicitação de informação ao Departamento de Estrada e Rodagens – DER do Distrito Federal, sobre a instalação de equipamentos de aferição de velocidade (pardais) nas rodovias do DF.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeremos, nos termos dos art. 60, inc. XXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 15, inc. III; art. 39, § 2º, inc. XII e art. 40, ambos do Regimento Interno desta Casa, que seja solicitado informações ao Departamento de Estrada e Rodagens – DER do Distrito Federal, sobre a instalação de equipamentos de aferição de velocidade (pardais) nas rodovias do DF, por intermédio da Mesa Diretora, sob pena de crime de responsabilidade, o envio de **informações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a respeito do seguintes** **questos:**

1. Informar qual a quantidade total de equipamentos instalados nas rodovias do Distrito Federal, que aferem a velocidade média de veículos;
2. Informar qual o valor gasto com a aquisição dos novos equipamentos citados no item anterior;
3. Informar qual será a real utilização e aplicação dos equipamentos bem como os dados por eles coletados;
4. Informar se há a previsão da penalidade de multa com base na velocidade média aferida;
5. Informar, em formato Microsoft Excel, incluindo locais, e data da verificação, a lista de equipamentos de notificação (pardais) que

*852078*



**foram reprovados, se há multas expedidas por estes equipamentos, com suas respectivas quantidades;**

### **JUSTIFICAÇÃO**

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do DF, conforme estatui o art. 77, da LODF:

**“Art. 77 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”**

Diante dos fatos expostos, conto com o apoio dos Nobres pares no sentido de aprovarem o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em        de        de 2018.

**CELINA LEÃO**

Deputada Distrital

**Assunto:** Distribuição do Requerimento nº 3.250/18.

**Autoria:** Deputado (a) Celina Leão (PPS)

Ao SPL para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 07/02/18



---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial